

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO - RJ

Ref.: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Pregão Eletrônico nº. 18/2022

SILVIA ZVEITER DE ALBUQUERQUE ROCHA, pessoa física inscrita no CPF nº.784.152.687-34, residente à Rua Nilo Peçanha, 20, Bairro Centro, na cidade de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro, CEP 28.623-010, vem, mui respeitosamente apresentar, IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO “PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 18/2022” em razão de exigências que somadas resultam num ilegal e involuntário direcionamento, o qual reduzirá amplamente a competitividade, sacrificando os principais princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública.

DA TEMPESTIVIDADE

A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura agendada para o dia **21/03/2022**, às 13h00min.

O edital de licitação estabelece no item 21.1 o prazo para a interposição de impugnação, conforme se transcreve:

“21.1. As impugnações e solicitações de esclarecimentos aos termos do edital deverão ser dirigidas ao PREGOEIRO, até 03 (três) dias úteis da data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição que deve ser encaminhada por meio do e-mail licitacao@ssalto.rj.gov.br.”

Em face do exposto, deve ser a presente impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

DOS FATOS E DO DIREITO

A impugnante, obteve o Edital de licitação através do site, analisando-se todas as suas condições de entrega, pagamento, especificações e após as verificações, a empresa detectou graves vícios no referido edital, os quais põem em risco a participação de muitos dos prováveis interessados.

O instrumento convocatório tem como **objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA DE PONTA QUE PROPORCIONARA AOS SERVIDORES PÚBLICOS UMA AGILIDADE EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DO DIA A DIA, PERMITINDO ASSIM, MELHORES CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DE SUAS FUNÇÕES.**

O Edital soma um volume de compra estimado de **R\$ 43.055,92** (quarenta e três mil e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos), cujas condições restritivas, ora impugnadas, caso não sanadas, têm potencial de causar prejuízo ao erário, por redução da competitividade.

O **item 15** traz, em sua descrição, modelo e marca do produto requisitado: **ROTEADOR TOP LINK ARCHER C50 AC 1200 DUAL BAND 4 ANTENAS**. Sem, no entanto, haver nenhuma justificativa técnica, no Edital, para tal direcionamento.

Verifica-se que o Edital está maculado de vício insanável de tal forma que prejudica completamente o caráter competitividade.

A determinação de uma marca/modelo de roteador, excluindo outras que poderiam satisfazer à mesma necessidade, viola os princípios constitucionais que prezam pela eficiência, isonomia, competitividade (ampla concorrência), razoabilidade, finalidade e, em especial, moralidade.

Verifica-se então que o certame em referência, embora eivado de vício, poderia ser sanado, utilizando-se critérios razoáveis no que tange a especificação do produto, favorecendo a competitividade e o interesse público, na medida em que os preços devem recair na regra de competitividade.

Ora, por óbvio, que a especificação dos produtos que carregam para um único modelo implicará no ilegal vício de macular a competitividade do certame.

Visando evitar esta prática condenável e seguindo o raciocínio de razoabilidade, roga-se para que seja procedida a revisão da especificação do **ITEM 15**.

DO DESCUMPRIMENTO LEGAL

A Carta Magna vincula os atos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e dispõe:

“Art. 37... XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure **igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. “

Neste sentido, em consonância ao princípio da Soberania Constitucional, a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93 **veda** de forma clara e veemente a utilização de quaisquer manobras, atos, cláusulas e/ou condições, julgamentos e decisões que discriminem ou **afastem o caráter competitivo** do certame, bem como estabeleçam preferências, distinções ou situações impertinentes ou irrelevantes para especificar o objeto do contrato.

O inciso I do art. 40, da lei r. Lei estabelece que o objeto deve ser descrito no edital de licitação de forma sucinta e clara e o inciso I, do art. 3º, assim determina:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao

instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É **vedado aos agentes públicos**:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem** o seu caráter **competitivo** e **estabeleçam preferências** ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes **ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;**"

Não obstante, a Lei Geral de Licitações, em seu art. 7º, §5º e §6º, se posiciona expressamente **contrário ao direcionamento** e a concomitante restrição da competitividade ao procedimento licitatório, conforme transcrevemos abaixo:

Art. 7º... §5º É **vedada** a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços **sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas**, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

§6º A infringência do disposto neste artigo implica a **nullidade dos atos** ou contratos realizados e a **responsabilidade** de quem lhes tenha dado causa.

A doutrina de Hely Lopes Meirelles, acerca da de tão relevante tema, assim nos ensina:

"A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, que através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desiguala os iguais ou iguale os desiguais.

O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio do poder, com que a Administração **quebra a isonomia entre os licitantes**, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público. "(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed Ed. Malheiros Editores. São Paulo:2002. pg. 262.)

A competitividade é um princípio fundamental da licitação e tem a devida proteção pela legislação, tipificando a ação injusta e **culminando pena aos agentes que ensejarem frustrar este princípio.**

DOS PEDIDOS

Pelos ditames normativo-principiológicos supracitados, requer-se:

a) O acolhimento da presente Impugnação;

b) Alteração da especificação do produto do **ITEM 15, com a exclusão da marca/modelo e de quaisquer especificações que impliquem direcionamento de marca/modelo** e assim conferir o caráter competitivo do certame para fins de participação de qualquer empresa interessada;

c) Caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer-se desde logo, que seja a presente impugnação submetida à apreciação da Autoridade Superior competente, para que delibere sobre seus termos, conforme legislação em vigor.

Assim, por ser justo e totalmente razoável, espera-se por um parecer favorável quanto à pretensão requerida.

Termos em que,
Pede juntada e deferimento.

Nova Friburgo, 11 de março de 2022